

Concretizar a união e a estabilidade: Carlos María Ramírez e os usos da independência uruguaia para a construção da nação no século XIX¹

Elvis de Almeida Diana²

Resumo: O objetivo deste artigo é tratar sobre o uso dos elementos históricos, próprios da independência nacional uruguaia (1811-1828), por parte do escritor Carlos María Ramírez (1848-1898) durante a segunda metade do século XIX naquele país. Nesse sentido, buscamos compreender como este intelectual, mediante tais mobilizações contidas em diversos escritos seus, propôs a estabilidade política ao longo especificamente do último terço do oitocentos. Assim, acreditamos que, ao recorrer, abrangentemente, aos diversos símbolos, eventos e personalidades do processo de emancipação uruguaia, Ramírez buscou defender a pacificação e a união nacionais como forma de se concretizar, simbolicamente, a libertação e a autonomia do país em relação às guerras civis e ao autoritarismo internos, e, também, às intervenções estrangeiras históricas. Desse modo, tais recorrências ao passado foram realizadas em um contexto no qual a nação ainda estava em vias de consolidação, intencionando, assim, concluir um processo histórico e político que, para ele, ainda parecia inacabado.

Palavras-chave: Nação; Intelectuais; Uruguai.

Realizing unity and stability: Carlos María Ramírez and the uses of Uruguayan independence for nation-building in the 19th century

Abstract: We aim, through this article, to address the uses of historical elements, typical to the Uruguayan national independence (1811-1828), by the writer Carlos María Ramírez (1848-1898) during the second half of the nineteenth century in that country. In this sense, we seek to understand how this intellectual, through such mobilizations contained in several of his writings, proposed political stability specifically throughout the last third of the 1800s. Thus, we believe that by making extensive use of the various symbols, events, and personalities of the Uruguayan emancipation process, Ramírez sought to defend national

¹Uma versão inicial deste texto foi apresentada, na modalidade de comunicação oral, na III Semana Acadêmica de História da UEMG/Divinópolis, em 2021, realizada em formato virtual. No entanto, este artigo é uma versão totalmente ampliada, com discussões, fontes documentais e resultados inéditos.

²Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro pesquisador do Grupo de Pesquisa História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias (UFMG/CNPq), sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Adriane Vidal Costa (UFMG). Desenvolve, na mesma instituição, a pesquisa intitulada "Carlos María Ramírez e a ordenação de uma nova República Oriental do Uruguai: entre a 'nação ideal' e a 'nação real' (1868-1898)", sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Adriane Vidal Costa e realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (Conforme Portaria Nº 206, de 4 de Setembro de 2018). E-mail para contato: eaediana844@gmail.com.

pacification and union as a way to symbolically materialize the country liberation and autonomy regarding internal civil wars and authoritarianism, as well as historical foreign interventions. Thus, such recurrences to the past were carried out in a context in which the nation was still in the process of consolidation, intending, thus, to conclude a historical and political process that, for him, still seemed unfinished.

Keywords: Nation; Intellectuals; Uruguay.

Artigo recebido em: 01/07/2021

Artigo aprovado para publicação em: 18/10/2021

Independência(s) e a construção da nação uruguaia no oitocentos

Mesmo após o estabelecimento das independências dos países latino-americanos, em sua maioria ainda na primeira metade do século XIX, alguns discursos e imagens elaborados posteriormente a tais eventos não deixaram de recuperar elementos históricos próprios dos processos de emancipação. Mobilizados em contextos ulteriores por letrados, políticos e artistas oitocentistas, tais narrativas, grosso modo, consistiram na tentativa de pensar e construir a nação que ainda estava em vias de ser consolidada, mesmo após a promulgação das primeiras constituições republicanas independentes (PRADO, 2008).

Era preciso criar uma identidade nacional própria, mediante o apontamento de heróis e de sua inserção no “altar da pátria” (PRADO; PELLEGRINO, 2018, p. 89), com a preocupação, inclusive, de se concretizar algo que se entendia como ainda “inacabado”, “incompleto”.³ Do mesmo modo, era necessário exaltar e apelar, junto ao restante da sociedade, à “lealdade à Pátria” (PRADO, 2008, p. 14). Assim, tais narrativas sobre o passado da nação consistiram em construções discursivas a respeito de memórias e imagens nacionais, responsáveis pela formação de uma identidade em detrimento de outras, enunciadas por indivíduos que buscaram legitimar uma posição e história próprias (ACHUGAR, 2006).

Nesse sentido, consideramos que os intelectuais latino-americanos oitocentistas tiveram papel fundamental nesse processo, e a atuação de historiadores, literatos, publicistas, juristas, pintores (PRADO; PELLEGRINO, 2018), de dentro dos aparatos governamentais ou

³ Neste ponto, recorremos ao que Claudia Wasserman defende sobre a convergência entre os discursos político e historiográfico na conformação da identidade e da construção nacionais ao longo da história latino-americana, mais no que tange aos processos “incompletos” e aos “obstáculos” para se alcançar tais objetivos (WASSERMAN, 2003).

não, foi notável para a construção do civismo (ALTAMIRANO, 2008; MYERS, 2008). Além disso, contribuíram para a elaboração do que Stuart Hall chamou de “narrativas de nação”, estas constituídas por “[...] imagens, [...] eventos históricos, símbolos [...] nacionais que [...] *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação.” (HALL, 2015, p. 31, grifo do autor).

E em relação ao Uruguai, não foi diferente. O processo de independência deste país não se limitou somente ao início do século XIX, tendo se estendido, inclusive, à segunda metade do oitocentos. Conforme defende o ensaísta e filósofo uruguaio Arturo Ardao, consistiu em um “problema” de caráter permanente, que foi debatido por vários escritores de fins daquela centúria. Possuiu dois vieses, embora interconectados entre si: 1) histórico, no sentido de interpretação a respeito dos eventos e personalidades que teriam resultado na emancipação, e 2) político, enquanto um “diagnóstico” a respeito do presente e do futuro de nosso país vizinho, mais especificamente sobre as possibilidades de manutenção de sua independência (ARDAO, 1971, p. 175-176). De acordo com as palavras de Ardao:

Nossa independência, vista como problema, o foi em dois sentidos. Um histórico, enquanto interpretação do passado: do processo que conduziu a ela, de suas figuras e episódios essenciais, especialmente – ainda que não unicamente – da personalidade de Artigas e o significado do 25 de agosto. Outro político, enquanto diagnóstico do presente e previsão do futuro: possibilidade ou capacidade do país para manter sua lograda condição de independente. Esses dois sentidos configuram, na verdade, dois problemas. Não são separáveis um do outro; suas respectivas abordagens andaram, por muitas vezes, misturadas. Mas são, sim, discerníveis, e à medida que o tempo passa, cada vez mais autônomos. Assim, por exemplo, para o problema histórico seguirá sendo sempre válida a fórmula: entre o Brasil e a Argentina; enquanto que para o problema político – político na acepção de política suprapartidária, ou política nacional, ou ainda política internacional – essa fórmula, válida ao longo do século XIX, perdeu vigência atualmente, sem que o problema em si tenha desaparecido (ARDAO, 1971, p. 175-176).⁴

De modo relacionado às colocações de Ardao, também estão, em nossa visão, as informações que nos traz José Pedro Barran acerca das intervenções estrangeiras sofridas pelo Uruguai ao longo do século XIX (BARRAN, 1975). E isso se mostra considerável, pois algumas delas ocorreram com a colaboração dos próprios partidos tradicionais uruguaios, os

⁴ Optamos por realizar a tradução livre de todas as citações diretas em língua estrangeira presentes neste trabalho, sejam elas provenientes de referências bibliográficas ou das fontes documentais utilizadas.

blancos e os *colorados*, nos contextos das guerras civis internas oitocentistas (BARRAN, 1975).⁵ Segundo Barran, ao longo do século XIX, o país platino sofreu intervenções de outros países mesmo pouco depois do final do seu processo de emancipação e de implementação da primeira Constituição republicana independente. Tais interferências foram levadas a cabo, de um modo ou de outro, por países europeus como Inglaterra e França, ou pelos seus próprios vizinhos, o Brasil e a Argentina (BARRAN, 1975).

Alguns desses episódios foram a Guerra Grande (1839-1851), a “revolução de Flores” (1863-1865), esta no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870), e a *Revolución de las Lanzas* (1870-1872), por exemplo (BARRAN, 1975). Além destes conflitos civis, parte do último terço do século XIX uruguaio foi marcado por ditaduras militares, as quais, por um lado, utilizaram-se de violência e cerceamento das liberdades de expressão (CAETANO, 2020), e, por outro, também fomentaram homenagens públicas a nomes da independência do país (SANSÓN CORBO, 2011).⁶

Entre os escritores da segunda metade do século XIX envolvidos com este “problema” da independência, destacado por Ardao (1971), estava o publicista Carlos María Ramírez (1848-1898). Este intelectual fez uso dos elementos relativos ao processo da independência uruguaia tanto para reinterpretar o passado da nação, quanto como um modo de propor e reiterar a estabilidade política e a união nacional para o país em seu contexto de escrita, mais especificamente entre as décadas de 1870 e 1880.

Mas por que exatamente focarmos, neste artigo, nas narrativas elaboradas por Ramírez sobre a independência e seus respectivos elementos? Por dois motivos, em nossa perspectiva. O primeiro deles diz respeito ao fato de que embora este escritor tenha contribuído para a construção da tese independentista que se tornou “clássica”, acerca dos eventos e

⁵ O *Partido Colorado* (liberais) e o *Partido Blanco* (conservadores) consistiram nos dois agrupamentos políticos uruguaios que a historiografia convencionou chamar de “partidos tradicionais”. Os *colorados* tinham Fructuoso Rivera como seu líder histórico e os *blancos*, por sua vez, reverenciavam as figuras de Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe como seus fundadores (CAETANO; RILLA, 1984; BARRAN, 1975).

⁶ Trataremos melhor sobre cada um destes conflitos civis, governos militares e contextos variados mais adiante, além da própria relação destes eventos e períodos com as guerras civis protagonizadas pelos partidos uruguaios. Tudo isso em consonância com parte da formação e atuação político-intelectual de Ramírez, e os usos que fez, durante a segunda metade do oitocentos, dos diversos elementos históricos do processo de independência nacional de modo a intervir em sua realidade política.

personalidades do referido processo histórico do país, não o fez de uma forma que manifestasse um nacionalismo “cego”, como argumenta Tomás Sansón Corbo (2006, p. 11).⁷

O segundo motivo é o de Ramírez também ter se debruçado sobre o “problema” persistente da emancipação, colocado por Ardao (1971), no período delimitado entre os anos 1870 e 1880, no qual houve um movimento para se eleger um passado comum, que fosse mais inclusivo do que excludente (DEMASI, 2001, p. 343-344). Ou seja, a atuação de Ramírez ocorreu em um contexto no qual passou a ser dada maior atenção à inserção de vários elementos históricos dentro do mesmo imaginário nacional, com o intuito de se superar as divergências partidárias existentes desde a primeira metade do oitocentos (DEMASI, 2001, p. 343-344).

Nesse sentido, em nossa visão, Ramírez foi um intelectual que buscou mais incluir e conciliar símbolos, eventos e personalidades diversos da história uruguaia, principalmente aqueles próprios do processo de independência do país. Essa sua atuação teria sido, a nosso ver, um modo de propor e construir, tanto no plano histórico quanto no político, uma união nacional ampla, visando a uma concretização em todos esses âmbitos. Ainda mais se levarmos em consideração o seu próprio contexto de produção intelectual, marcado tanto por guerras civis entre os dois partidos de então, os *blancos* e os *colorados*, quanto por ditaduras militares entre as décadas de 1870 e 1880, como já colocamos.

E justamente pelo fato de ele ter tratado sobre os elementos da independência uruguaia em alguns de seus escritos, visando à modificação do presente e do futuro do país, acreditamos ser necessário explanarmos brevemente sobre este processo histórico, com o intuito de compreendermos melhor suas motivações.

Após a crise imperial ocorrida no início do século XIX na América Hispânica, foi deflagrada a Revolução rio-platense em Buenos Aires, em maio de 1810, a qual também ficou conhecida como *Revolución de Mayo*. O processo de independência uruguaia – ou *Revolución*

⁷ Embora Ramírez tenha expressado, de forma explícita, sentimentos de caráter patriótico bem aflorados em alguns momentos, conforme veremos melhor adiante.

*Oriental*⁸ – foi resultado desse processo inicial, que se dividiu em dois períodos distintos (CAETANO, 2020).

O primeiro deles diz respeito ao chamado “ciclo artiguista” (1811-1820), que leva o nome do prócer da independência em relação à Espanha e líder dos combates contra os portugueses, José Gervasio Artigas. Neste primeiro momento, em linhas gerais, houve a emancipação política da ainda chamada Banda Oriental em relação ao domínio monárquico espanhol do vice-reino de Buenos Aires, em 1811 (CAETANO, 2020), após a destituição do vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros (ACEVEDO, 1933) e o experimento de um governo republicano (1811-1815). Devido à sua veia radical e popular⁹, gerou a reação de setores conservadores de Montevideú, de Buenos Aires e da Coroa Portuguesa, então estabelecida no Rio de Janeiro, levando, assim, à queda do governo artiguista (CAETANO, 2020).

O segundo momento diz respeito ao que ficou conhecido como a Cruzada Libertadora (1825-1828), no qual, já sob a dominação brasileira após ter se tornado independente de Portugal, houve uma expedição exitosa que resultou na emancipação da então Província Cisplatina frente ao Brasil. No entanto, os pioneiros dessa investida, os chamados *Treita y Tres Orientales* – sob a liderança de Fructuoso Rivera, Manuel Oribe e Juan Antonio Lavalleja – buscaram se distanciar do artiguismo e estabelecer uma orientação política mais moderada para a região (CAETANO, 2020).

Após este processo, foi promulgada a primeira constituição republicana e independente do Uruguai, em 1830. Porém, a Carta Magna não trouxe garantias efetivas de estabilidade política ao país, e isso se evidenciou pelas várias guerras civis ocorridas dentro do território uruguaio oitocentista, o que gerou incertezas sobre a “sobrevivência” da mais

⁸Os termos “oriental” e “uruguaio”, embora presentes no nome oficial do país (*República Oriental del Uruguay*) de 1830 até hoje, nem sempre significaram a mesma coisa ao longo da história, tendo eles sido objetos de disputa na construção da identidade política desde o processo de independência nacional. Ver: (PIMENTA, 2007; FREGA, 2008). De qualquer modo, acreditamos que Ramírez concebia os dois termos como algo único, embora utilizasse recorrentemente o adjetivo “oriental” e não tanto o termo “uruguaio”.

⁹Dentre os elementos do projeto revolucionário de independência artiguista, destacam-se: o confisco dos bens e repartição das terras dos “maus europeus e piores americanos”, medida esta que ficou conhecida como *Reglamento de Tierras* (1815). Além disso, as chamadas *Instrucciones* de 1813 também se tornaram um ponto característico do artiguismo, que consistiram em uma reafirmação de independência em relação à Espanha e de defesa da soberania da Província Oriental – adjetivo que substituiu o antigo nome “Banda Oriental” (CAETANO, 2020, p. 38-39).

nova nação. Conforme argumenta o historiador uruguaio Gerardo Caetano, em um período de “indefinição das fronteiras” em variados âmbitos – jurídicos, políticos, culturais e econômicos –, não havia ideais e imaginários de nação definidos e consolidados naquele país (CAETANO, 1993, p. 82).

Nesse sentido, desde as “origens do Estado” (CAETANO, 1993, p. 81), na primeira metade do oitocentos, até o início do último terço do século XIX, havia a necessidade de valorizar a “orientalidade” e reiterar a autoridade do país diante de seus “gigantes” vizinhos, Brasil e Argentina (BARRAN; NAHUM, 1968, p. 328 apud CAETANO, 1993, p. 83). Ainda mais se considerarmos que estes dois países intervieram diretamente no Uruguai mesmo após a independência oriental, fosse por meio de conflitos diretos ou alianças com os partidos locais, até a segunda metade do oitocentos, o que intensificou a condição histórica de estar “entre” seus dois países vizinhos (ARDAO, 1971, p. 176).

De modo relacionado a tais questões, Ana Ribeiro argumenta que “a *ordem* deveria endossar a existência de um *dever ser* nacional; a desordem, portanto, podia pôr em risco a recente independência” (RIBEIRO, 2013, p. 124, grifos da autora), já em um contexto no qual os próprios significados de “independência” estavam relacionados às tentativas de “organização nacional” (FREGA, 2013, p. 43-46).

Assim, diante da “urgência” em se criar as imagens históricas sobre a nação, alguns escritores como Francisco Bauzá, Eduardo Acevedo Díaz, Juan Zorrilla de San Martín, Clemente Fregeiro e o próprio Ramírez (FREGA, 2005) se colocaram nesta tarefa, de modo a evitar que o Estado oriental independente se dissolvesse (ROCCA, 2000). Nesse sentido, entre os “sonhos” e as “frustrações” a respeito da independência (PRADO, 2014, p. 73), essa defesa da “ordem” e da “viabilidade” nacionais (RIBEIRO, 2013, p. 123-124) ecoou, também, na atuação político-intelectual de Ramírez várias décadas após a emancipação do país e a criação da primeira Constituição, no mesmo contexto de escrita dos demais intelectuais mencionados.

Desse modo, Ramírez recorreu a símbolos, eventos e nomes diversos próprios do processo de independência uruguaia, ocorrido entre 1811 e 1828, tais como a figura de José Artigas, considerado o “prócer” da independência em relação à Espanha e nas batalhas contra

os portugueses durante os anos 1810. Além deste, também destacou, com a mesma relevância histórica e política, o desembarque dos chamados Trinta e Três Orientais durante a Cruzada Libertadora de 1825 e seus eventos posteriores, as batalhas de Rincón e Sarandí, seus líderes (Oribe, Lavalleja e Rivera) e o general Melchor Pacheco y Obes, um daqueles “cruzados heróis”. Todos estes elementos foram mencionados por Ramírez mediante os significados e ressignificações atribuídos por ele a esses eventos e nomes, próprios tanto da primeira (1811-1820) quanto da segunda fase (1825-1828) do processo de independência uruguaia.

Tais menções, por parte do intelectual uruguaio, aos referidos elementos históricos da emancipação nacional foram feitas em escritos de variados gêneros, elaborados e publicados durante as décadas de 1870 e 1880. Dentre eles, utilizaremos um texto de cunho autorreferencial intitulado *Carlos María Ramírez “extranjero”* (1887) e o discurso *La Independencia Nacional* (1879), ambos de caráter mais breve. Nestas duas fontes, Ramírez tratou principalmente sobre os eventos da segunda fase da independência uruguaia, ou seja, os relativos à Cruzada Libertadora de 1825. Assim, recorreu aos acontecimentos deste momento, tais como o desembarque de Fructuoso Rivera, Manuel Oribe, Juan Antonio Lavalleja, Melchor Pacheco Pacheco y Obes e o restante dos Trinta e Três Orientais na região de Florida, na qual foi declarada a independência em relação ao Brasil. Além disso, também fez menções a alguns símbolos nacionais, como o hino e o sol, este último presente na bandeira do país até hoje.

Também analisaremos parte de ensaios de maior fôlego publicados em formato de livro, como o *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*, que consistiu em uma resposta ao intelectual Francisco Berra, crítico de Artigas, no início da década de 1880. Além dessas fontes, também daremos atenção a alguns artigos que Ramírez publicou no diário *La Razón*, de Montevideu, como reação às visões negativas sobre Artigas levadas a público pelo periódico *El Sud América*, de Buenos Aires. Esta réplica de Ramírez gerou uma polêmica político-intelectual entre o escritor uruguaio e os publicistas portenhos também na primeira metade dos anos 1880 (Cf. SANSÓN CORBO, 2011).

Desse modo, acreditamos que um caminho teórico-metodológico frutífero para lidar com tais fontes e objeto de análise seja a História Intelectual. Concebemos que as contribuições da chamada Escola de Cambridge a respeito do “contextualismo linguístico” e encabeçada por Quentin Skinner e John Pocock, nos são muito válidas para tal finalidade. Desse modo, seguindo as propostas de Skinner, acreditamos ser necessário não somente realizar a leitura dos escritos de um autor, mas também considerar tanto o contexto político-social quanto o intelectual em que um escritor atuou (SKINNER, 1996). Desse modo, seria possível identificarmos o vocabulário político utilizado por ele e pelos demais polemistas, além de compreender o que o autor estava “fazendo” no momento em que escrevia e como o fez, no compartilhamento de ideias e convenções ou na sua rejeição destas dentro do debate político (SKINNER, 1996, p. 13).

Nesse sentido, dialogando com John Pocock, entendemos que a análise das linguagens políticas também pode contribuir para o nosso objetivo neste artigo, pois nos permitiria compreender os usos, realizados por um intelectual, de termos e expressões políticos de outros contemporâneos a ele ou não, de modo a serem utilizados conforme seus objetivos contextuais (POCOCK, 2003). No entanto, embora sejam consideráveis, não nos deteremos aos postulados teórico-metodológicos propostos somente por Pocock e Skinner. Isso nos permitirá dar mais espaço a historiadores latino-americanos que também adotam esta linha teórico-metodológica, mas que estão totalmente atentos especificamente ao contexto político-intelectual oitocentista próprio daquela região, tais como Elías Palti e Carlos Altamirano, por exemplo (PALTÍ, 2007; ALTAMIRANO, 2005). Dessa forma, em nosso diálogo com Palti, em vez de focarmos em todas as mudanças semânticas de termos políticos ao longo de um recorte temporal delimitado, acreditamos que o caminho seria a “reconstrução” das linguagens políticas, de modo que nos dediquemos a compreender os determinados modos de produção e de enunciação das ideias, por parte dos autores históricos (PALTÍ, 2007, p. 17).

Nesse sentido, também consideramos pertinente recorrermos ao “programa” que Carlos Altamirano nos propõe, o qual indicaria, ainda, as maneiras de abordarmos nosso objeto não somente de forma teórica, mas também enquanto possibilidade metodológica,

especialmente em relação aos tipos de escritos que estamos utilizando como fontes históricas neste artigo. Concordando com Altamirano, explicitamos que o nosso objetivo consiste em também “[...] esboçar um programa possível de trabalho que comunique a história política, a história das elites culturais e a análise histórica da ‘literatura de ideias’” (ALTAMIRANO, 2005, p. 14). Considerando que as nossas fontes são constituídas por impressos de tipos diferentes (artigos, ensaios, escritos autorreferenciais e discursos), acreditamos que esta proposição de Altamirano se faz pertinente para analisarmos os diferentes textos que Ramírez produziu e tornou públicos. Assim, este “programa” “[...] não une somente conceitos e raciocínios, mas também elementos da imaginação e da sensibilidade” distribuídos entre eles (ALTAMIRANO, 2005, p. 19).

Assim, é neste sentido que consideraremos os elementos da independência uruguaia mobilizados por Ramírez durante a segunda metade do século XIX, os quais indicaram os símbolos e as imagens próprios deste processo histórico. Faremos isso a fim de compreendermos as motivações daquele intelectual contidas em tais usos políticos, realizados em seu contexto de atuação e em prol da concretização da união nacional uruguaia, da estabilidade política e da autonomia do país ao longo do recorte temporal estabelecido.

Ramírez, os usos políticos da independência e a concretização da união e da estabilidade políticas nacionais

Para que possamos compreender melhor as intenções de Ramírez em recorrer aos elementos do passado nacional uruguaio, em especial acerca dos dois momentos da independência do país, acreditamos ser essencial também lidarmos com alguns pontos de sua trajetória/seu “itinerário”¹⁰ e com parte do contexto político-intelectual uruguaio do século XIX e de atuação daquele escritor.

¹⁰Neste ponto, também consideramos pertinentes, para o estudo do nosso objeto, as considerações teórico-metodológicas que propõe Jean-François Sirinelli, mais especificamente a respeito da análise do itinerário/da trajetória dos intelectuais. Nesse sentido, segundo o autor, o mapeamento do percurso intelectual e político de um indivíduo e/ou o cruzamento deste com as trajetórias de outros intelectuais ao longo do tempo, consiste em um recurso frutífero para a compreensão dos processos políticos existentes e as escolhas adotadas pelo indivíduo em relação aos demais agentes históricos que cruzaram o seu caminho (SIRINELLI, 2003, p. 245-247).

Conforme já mencionamos, o Uruguai do século XIX, assim como a maioria dos países latino-americanos do período (PRADO; PELLEGRINO, 2018), foi marcado por guerras civis constantes entre os partidos políticos tradicionais do país, travadas desde o fim do seu processo de independência. Para termos uma ideia, durante o período já independente e constitucional, mais especificamente entre 1830 até o final do século XIX, ocorreram mais de 40 conflitos armados em solo uruguaio (LOCKHART, 1968). Washington Lockhart nos informa que, para além da já mencionada Guerra Grande (1839-1851), o país foi palco de vários outros conflitos, denominados por ele de “movimentos subversivos” (LOCKHART, 1968, p. 165). Ao todo, ainda segundo Lockhart, foram 43 movimentos, os quais o autor especifica da seguinte forma: 18 revoluções, 9 motins e 16 levantes de pouco alcance (LOCKHART, 1968, p. 165).

No Uruguai, o nascimento dos primeiros partidos políticos, o *Blanco* e o *Colorado*, protagonistas destas várias guerras, deu-se anteriormente à consolidação do Estado e isto teria desembocado, em maior ou menor grau, nestes já referidos conflitos civis ao longo do século XIX, conforme argumenta Caetano (2013). Fructuoso Rivera, considerado o fundador do partido *Colorado* e primeiro presidente constitucional pós-independência, enfrentou os primeiros levantes armados da história do país em sua vida republicana, ainda na década de 1830. Tais insurgências foram empreendidas por Juan Antonio Lavalleja, o qual, ao lado do próprio Rivera e de Manuel Oribe, também foi um dos líderes da Cruzada Libertadora de 1825, conforme já colocamos. Oribe, mais alinhado a Lavalleja, seguiu a mesma “política das armas” contra Rivera, tomando o poder deste no ano de 1836 e contribuindo para o início de uma polarização violenta e “formalizada” entre os *blancos* e os *colorados* que perduraria por todo o oitocentos (CAETANO, 2013, p. 205-206).

O próprio contexto de nascimento de Ramírez foi marcado por uma dessas guerras civis, a chamada Guerra Grande (1839-1851), já após estabelecida a primeira Constituição republicana independente, tendo este evento sido considerado por Caetano e José Rilla uma “[...] verdadeira encruzilhada constituinte das identidades políticas [...]” no Uruguai (CAETANO; RILLA, 1994, p. 53). Ramírez nasceu em 1848, na província brasileira do Rio Grande do Sul. Esta região serviu de refúgio para a sua família durante o referido conflito,

mais especificamente durante o chamado Sítio de Montevideu, quando a guerra, inicialmente regional, envolveu também o Uruguai, ocupação esta que se deu entre 1843 e 1851 (MONTERO BUSTAMANTE, 1978; BARRAN, 1975).

Foi neste momento em que o então presidente uruguaio, o *blanco* Manuel Oribe, apoiado pelo mandatário máximo argentino, Juan Manuel de Rosas, impôs o cerco à capital do país em meio às batalhas contra o ex-presidente *colorado* Fructuoso Rivera, na esteira da considerável rivalidade política já existente entre os dois e seus respectivos partidos (BARRAN, 1975). De modo geral, esta contenda bélica foi protagonizada tanto pelos partidos políticos uruguaio, os *blancos* e os *colorados*, quanto pelos argentinos, os *unitários* e os *federalistas*, além da participação da França, da Inglaterra e do Brasil em meados do século XIX (BARRAN, 1975).¹¹

Os *colorados* estabeleceram uma união com os *unitários*, enquanto os *blancos* se ligaram aos *federalistas*. Inicialmente, a guerra ficou circunscrita ao território argentino, mas depois chegou às terras “orientais” a partir do já mencionado Sítio (BARRAN, 1975). Além disso, após iniciado o cerco de Oribe e Rosas, houve a “territorialização” dos partidos uruguaio, conforme pontuou Ana Ribeiro, processo marcado pela formação de dois governos na capital, Montevideu, um *blanco* e outro *colorado*, com suas sedes localizadas nos bairros de *Cerrito* e *La Defensa*, respectivamente (RIBEIRO, 2009, p. 70).¹²

¹¹José Pedro Barran aponta algumas causas que teriam levado à Guerra Grande. Segundo o autor, o então presidente argentino, Juan Manuel de Rosas, possuía interesses expansionistas na região do Rio da Prata para levar adiante seus antigos anseios pela restauração monárquica na região. Isso teria causado as intervenções europeias, caracterizadas especificamente por dois motivos principais, sendo eles políticos e econômicos. Em relação ao primeiro motivo, as revoluções liberais que estavam ocorrendo naquele contexto animaram, por um lado, tais interferências na Região do Prata. Economicamente falando, havia a busca por novos mercados consumidores naquele momento. Já a intervenção do Brasil se deu devido à aliança contextual deste país com os *colorados*, em oposição aos *blancos*, partido de Manuel Oribe. Este último, após ter destituído Fructuoso Rivera do cargo máximo da nação, era o então presidente uruguaio no período e exercia um papel de “lugar-tenente” de Rosas em território oriental, o que também contribuiu para o desenvolvimento do conflito. Para mais informações, ver: (BARRAN, 1975).

¹²Apesar desta divisão espacial e política, estabelecida dentro da capital uruguaia e apontada por Ana Ribeiro, acreditamos ser válido termos em mente que ambos os partidos eram decorrentes de uma matriz liberal comum, também segundo a autora (RIBEIRO, 2009). Além disso, conforme pontua Juan Pivel Devoto, havia setores mais reacionários do *Partido Colorado*, da mesma forma que existiam alas mais liberais dentro de *Cerrito* e na área rural, espaços estes mais associados aos *blancos* (PIVEL DEVOTO apud CAETANO, 2020).

Foi como uma das vítimas deste conflito que Ramírez já iniciava sua vida, esta entrelaçada aos impasses próprios de sua época e à violência política vigente. Após o cerco de Montevideú, as tropas de Oribe dominaram toda a área rural no Uruguai. Como o pai de Carlos Ramírez, Juan Ramírez, era um proprietário rural e, também, um *unitário*, este foi muito hostilizado e toda a sua família foi obrigada a emigrar para o Brasil (FERNÁNDEZ SALDAÑA, 1945). Em meio ao refúgio em território brasileiro, Ramírez nasceu na região riograndense, assim como já colocamos e como ele próprio atestou:

Quando no ano de 1843 dom Manuel Oribe invadiu a República Oriental do Uruguai, meus pais emigraram para o Brasil, estabelecendo sua residência na província do Rio Grande do Sul, sobre seu limite fronteiro com o território oriental. Ali nasci, em dezembro de 1847.¹³ Meu pai era natural de Montevideú e minha mãe era natural de Buenos Aires (RAMÍREZ, 1887[1948], p. 52).

Ainda sobre a relação entre o plano interno e a questão regional, mesmo após o fim do conflito, alguns representantes da monarquia brasileira ainda viam a possibilidade de fazer com que o Uruguai voltasse a ser parte do Brasil. Respalhado pelas tratativas de paz que protagonizou durante a finalização da *Guerra Grande*, a partir de 1851, o Império brasileiro passou a “tutelar” os orientais e a ter o direito de arbítrio a respeito das questões políticas desse país nas décadas seguintes. Havia, inclusive, o interesse de Paulino Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, em fazer com que o país platino fosse restaurado à condição de província Cisplatina (BARRAN, 1975).

E toda a já mencionada beligerância histórica, evidentemente, também marcou o contexto de formação e atuação político-intelectual de Ramírez. Em sua vida adulta, quando estava se formando no curso de Direito, o então presidente uruguaio, o *colorado* Venâncio

¹³Raúl Montero Bustamante nos informa que Ramírez nasceu em 1848 (MONTERO BUSTAMANTE, 1978). No entanto, esta data, informada pelo autor, não condiz com a que o publicista uruguaio do século XIX se atribui. Em seu texto autorreferencial, Ramírez afirmou que nasceu um ano antes, em dezembro de 1847, conforme trecho que destacamos acima (RAMÍREZ, 1887[1948], p. 52).

Flores, e o ex-mandatário do país, o *blanco* Bernardo Berro¹⁴, foram assassinados no mesmo dia, em 1868, no evento que ficou conhecido como o “Drama de 68” (BARRAN, 1975).¹⁵

Tais acontecimentos ocorreram devido à grande rivalidade política entre Berro e Flores, a qual havia começado ainda na primeira metade da década de 1860. De 1863 para 1864, durante seu governo, Berro e seu sucessor, o também *blanco* Atanasio Aguirre, foram destituídos do poder justamente por Flores, mediante um golpe apoiado pela Igreja Católica, o Brasil e a Argentina, e em meio aos interesses destes dois países no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870).¹⁶ Assim, o supramencionado “drama” foi considerado o evento que contribuiu para o fim da já cambaleante trégua da “política de fusão” e para a volta da “política de partido” (BARRAN, 1975; CAETANO, 2020).

Após ter se formado, no mesmo contexto de tais conturbações, Ramírez foi professor de Direito Constitucional da Universidade de Montevidéu, publicista e político, tendo exercido os cargos de deputado, Ministro da Fazenda, além de senador, entre as décadas de 1880 e 1890 (FERNÁNDEZ SALDAÑA, 1945). Teve uma diversificada atuação

¹⁴Durante o governo de Berro (1860-1864), houve esforços para manter a chamada “política de fusão” (ou *fusionismo*). Esta foi uma medida proposta pelos setores letrados de cada partido uruguaio, iniciada logo após a Guerra Grande e que visou à pacificação do país mediante o fim das guerras civis entre os *blancos* e os *colorados*. O objetivo maior era alcançar a união nacional. Outros presidentes anteriores a Berro tentaram, durante a década de 1850 e não sem conturbações, sustentar tal política, logrando algum sucesso. O historiador Gerardo Caetano, inclusive, denominou tal contexto como o marcado pela “cultura da unidade” nacional, a qual consistiu nos debates e práticas a respeito da “harmonia política” e em detrimento das “divisões”. Tais elementos faccionais eram fomentados pelos partidos, na ótica de vários intelectuais de então, os quais viam, na ação daqueles grupos políticos, uma ameaça de fragmentação da nação caso essa política não se sustentasse (CAETANO, 2013, p. 197-198).

¹⁵Em 1868, sob o comando de Berro, mais de 20 partidários seus atacaram a casa de Governo, o Forte, tomando-a. Assim que soube dos ataques, Flores saiu com sua carruagem pelas ruas de Montevidéu para iniciar a resistência, mas foi abordado no meio do caminho por alguns homens que alvejaram a diligência, matando um cavalo e o cocheiro. Flores tentou resistir. Alojou-se embaixo do coche armado com um revólver, mas em vão. Foi apunhalado várias vezes e morreu no local. Não se sabe ao certo quem foram seus assassinos, embora estes estivessem com trajes típicos da área rural. Enquanto isso, ao ficarem sabendo da derrota do levante, os partidários de Berro se dispersaram. De acordo com alguns testemunhos, Berro abandonou o Forte, de onde resistia, foi capturado, arrastado pela rua até que lhe mostraram o cadáver de Flores. Depois de ter sofrido muita humilhação, também foi assassinado e seu corpo foi carregado pelas ruas de Montevidéu, como um “troféu” (BARRAN, 1975, p. 101-102).

¹⁶Fazia parte dos planos de Brasil e Argentina uma ofensiva contra o Paraguai, e ambos viam como essencial o apoio do governo oriental, ainda mais por causa do papel estratégico que possuíam os portos uruguaio para abastecimento e como base naval para o conflito regional. No entanto, devido às resistências de Berro a tais investidas militares e a algumas divergências específicas que tinha com o então governo argentino de Bartolomé Mitre, os dois “gigantes” vizinhos apoiaram o levante de Flores, pois viam neste caudilho a solução para seus interesses em prol do esforço contra o governo paraguaio de Solano López (BARRAN, 1975).

político-intelectual por meio da publicação de vários ensaios e artigos na imprensa de então, mediante sua colaboração em periódicos e associações, tais como o *Club Radical*, o *Partido Radical* e a revista *La Bandera Radical* (MONTERO BUSTAMANTE, 1978).

Mesmo de filiação *colorada*, o intelectual uruguaio foi um crítico ferrenho do governo do então presidente Lorenzo Batlle (1868-1872), sucessor de Flores e seu companheiro de partido, o que lhe custou a prisão e exílio em Buenos Aires, no ano de 1869. Apesar disso, e de volta ao Uruguai, Ramírez foi para uma das guerras civis que ocorreram em seu contexto, a chamada *Revolución de Las Lanzas* (1870-1872) (MONTERO BUSTAMANTE, 1978), iniciada após a sublevação das tropas *blancas* de Timoteo Aparício contra o governo central de Batlle (Cf. BARRAN, 1975). Depois de ter servido nos campos de batalha do interior, voltou para Montevideú, desfilou-se do *Partido Colorado* devido aos horrores que testemunhou em plena guerra civil (MONTERO BUSTAMANTE, 1978) e passou a defender a pacificação nacional por meio de sua atuação político-intelectual a partir da década de 1870

17 .

Nesse sentido, alguns anos após esses acontecimentos, Ramírez passou a tratar, em seus discursos e escritos, sobre determinados símbolos, eventos e personalidades da independência uruguaia. Assim, por meio de tais menções históricas, argumentou em prol da necessidade da união nacional e da consolidação da estabilidade política no país, a nosso ver. E um dos elementos da emancipação recuperados pelo intelectual oriental foi o nome de Melchor Pacheco y Obes (1809-1855), quem se tornou um de seus maiores exemplos políticos e “cívicos”:

¹⁷Ainda sobre os eventos deste conflito e a questão das intervenções estrangeiras oitocentistas sobre o Uruguai, acreditamos ser pertinente destacarmos que o próprio Ramírez, em artigo publicado no semanário *La Bandera Radical*, criado e mantido por ele mesmo no ano de 1871, expressou seus receios a respeito da possibilidade de interferência dos países vizinhos nas questões políticas e na guerra civil travada em solo oriental, fosse por meios bélicos ou para fins de mediação de paz. Desse modo, foram aventados, pelas páginas do referido periódico, rumores de possíveis ações de conciliação por parte do então governo argentino de Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) e do general Bartolomé Mitre, apoiadores do governo *colorado* de Batlle, mas que continham a “implícita ameaça de uma intervenção armada em caso de algum dos beligerantes negar a aceitação de seus bons ofícios.” (RAMÍREZ, 1871, p. 346). Além disso, Ramírez também levou a público a iminência de uma ação militar do Brasil na fronteira entre os dois países, comandada pelo marechal Osório, o qual, segundo ele, era muito próximo do *Partido Blanco*, ou seja, o partido dos então orientais insurgentes (RAMÍREZ, 1871, p. 346).

Longe estão os tempos *épicos* em que o General Pacheco y Obes, nascido em Buenos Aires, dizia [...]: “Se existisse a velha Roma em todo o seu esplendor, não mudaria meu título de *cidadão oriental* pela de cidadão romano; mas enquanto esse título existir, sentirei orgulho em usá-lo e não me resignaria em ter nenhum outro” (RAMÍREZ, 1887[1948], p. 55, grifos nossos, aspas do autor).

Utilizando-se das palavras de Pacheco y Obes, Ramírez, que, reiteramos, havia nascido no Brasil durante a Guerra Grande (1839-1851), buscou afirmar que não era um “estrangeiro”. Além disso, buscou reforçar sua identidade política no texto publicado no ano de 1887, o qual possui o teor de uma brevíssima autobiografia e que tinha a finalidade de, ao mesmo tempo, legitimar e reivindicar sua cidadania uruguaia/oriental. No entanto, Fernández Saldaña nos traz a informação de que tais “acusações” foram feitas no ano de 1882, pelos diários mantidos por simpatizantes do governo ditatorial do general Máximo Santos (1882-1886), ao qual Ramírez exercia uma ferrenha oposição. Diante de tal ultraje à sua cidadania e nacionalidade “orientais”, Ramírez respondeu reivindicando tais direitos, os quais sempre considerou como naturais seus (FERNANDEZ SALDAÑA, 1945, p. 1040-1045). Naquele contexto, o da segunda metade da década de 1880, Ramírez pleiteava a candidatura de deputado (BONAVITA, 1953) e se viu obrigado a escrever uma espécie de “petição” para este fim, a qual mencionou em seu pequeno texto autorreferencial (RAMÍREZ, 1887[1948]).

No entanto, a solicitação também se dava por uma provocação em especial. Francisco Antonio Berra, um dos autores com os quais Ramírez polemizou sobre a imagem histórica de Artigas¹⁸ (Cf. FUÃO, 2009b; SANSÓN CORBO, 2006; 2011), teria o acusado de ser “compatriota” de D. Pedro II, o então “imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil” (GONZÁLEZ, 1941, p. 116, nota 34 apud GROS ESPIELL, 1966, p. XXXIII). Para os devidos fins burocráticos e, também, acreditamos, como forma de reiterar seu caráter republicano e liberal que, para ele, estava intrinsecamente relacionado com sua identidade nacional de “oriental” e com os fatos históricos da emancipação política do país em relação ao Império do Brasil, Ramírez solicitou a referida “petição” de cidadania.

Mas retornemos às menções do publicista oriental a Pacheco y Obes. Para além do fato de este também ter nascido no exterior, acreditamos que há outros motivos que fizeram com

¹⁸Trataremos melhor adiante sobre as referências feitas por Ramírez a Artigas e, também, parte desta polêmica com Berra.

que Ramírez o mencionasse em sua “petição” cívica/cidadã. É digno de nota que Pacheco y Obes participou diretamente do movimento liderado pelos chamados “Trinta e Três Orientais”, liderados por Oribe, Lavalleja e Rivera, os quais desembarcaram em Florida¹⁹, em 19 de abril de 1825, iniciando, assim, a já mencionada Cruzada Libertadora. Este evento resultou na Guerra da Cisplatina (1825-1828) e, conseqüentemente, na libertação da então Província Cisplatina em relação ao domínio brasileiro, por meio da Declaração de Florida, ocorrida em 25 de agosto de 1825 (CAETANO, 2020). Assim, em seu discurso intitulado *La independencia nacional*, feito durante a inauguração do monumento da independência da República no departamento uruguaio de Florida, em 1879, Ramírez afirmou o seguinte:

Guardo no meu coração, dos purísimos lábios da infância, as últimas notas desse hino, cujas estrofes valentes e severas ressoam como golpes de um escudo guerreiro em meus ouvidos já habituados à enervação e à suavidade, e evocam involuntariamente em meu espírito as gloriosas lembranças deste sítio, um dia não distante convertido em altar sangrento de sacrificio heroico e sublime. (RAMÍREZ, 1879, p. 57, grifos nossos).

O referido monumento foi de caráter escultórico, feito em homenagem à Declaração e aos eventos da independência diante do Império do Brasil, ocorridos a partir de 1825 na mesma região do departamento de Florida, obra cuja autoria foi do artista Juan Ferrari (ACEVEDO, 1934). Foi nesse exato momento, o da década de 1870, que a independência uruguaia se colocou, pela primeira vez, como um problema ao mesmo tempo histórico e político para os intelectuais orientais. Por um lado, escritores como Juan Carlos Gómez e Ángel Floro Costa, por exemplo, negavam o 25 de agosto como a data oficial da Declaração da emancipação e defendiam a anexação do território uruguaio à Argentina. De outro lado, estavam os que não só reforçavam a manutenção desse dia, como também rejeitavam a união aos argentinos. Neste segundo grupo, além do próprio Ramírez, podemos mencionar seu irmão, José Pedro, além de Juan Zorrilla de San Martín e Francisco Bauzá (ARDAO, 1971, p. 176-177).

¹⁹ No entanto, conforme as informações de Fernández Saldaña, Pacheco y Obes lutou nas batalhas pela libertação da então Província Cisplatina somente seis meses depois do desembarque dos Trinta e Três Orientais, sob as ordens de Lavalleja e de Laguna, na vila de Mercedes (FERNÁNDEZ SALDAÑA, 1945, p. 953-954).

Outro ponto destacável é que, entre estes heróis de 1825, além de Pacheco y Obes, estavam aqueles que, mais tarde, seriam membros dos dois “partidos tradicionais”, os *blancos* e *colorados*, os quais protagonizaram sangrentos conflitos civis ao longo do século XIX, conforme já vimos. Também acreditamos ser válido lembrar que os líderes desse desembarque (Oribe, Lavalleja e Rivera) foram, na época do processo de independência em relação à Espanha, oficiais subordinados ao general Artigas, o prócer da primeira fase de emancipação do país. Após ocorrida a Cruzada Libertadora de 1825 e estabelecida a primeira Constituição republicana, em 1830, eles passaram a estar em lados opostos no que tange às investidas pelo poder político no Uruguai, e lideraram as primeiras guerras civis ocorridas no período pós-independência, inclusive durante a já mencionada *Guerra Grande*. Assim, Rivera se tornou o líder histórico dos *colorados*, ao passo que Lavalleja e Oribe, dos *blancos* (CAETANO, 2020).

Outro elemento nos chama a atenção no discurso acima. Para além do hino nacional ouvido na infância, Ramírez também afirmou recordar daquilo que não vivenciou, ou seja, as “gloriosas lembranças” do desembarque dos “Cruzados Orientais”, no dia em que estes se “sacrificaram heroicamente” pela independência da República uruguaia. E continuou descrevendo-o como se, de fato, tivesse testemunhado tal evento histórico:

Para o *sol* de 19 de abril de 1825. Acabam os *heróis* de pisar as úmidas areias que beijam o Uruguai; flutuam na costa os débeis barcos que cruzaram o Prata levando os destinos e a liberdade de um povo. Ali estão. Palpita neles a alma da pátria que se expande ao respirar suas auras. Um fogo heroico anima seus olhares; uma força estranha parece contrair todos os seus músculos; e ali, [...] juram sobre suas espadas imortais *redimir a pátria* ou sucumbir gloriosamente na demanda. Oh! *Quem poderia deter o curso inexorável dos tempos e fechar o livro fatal da memória, para contemplá-los sempre assim, jovens galhardos paladinos da pátria, antes de que a guerra civil estendesse sobre eles a nuvem vermelha dos ódios e rompesse a santa unidade moral de nossa terra, quando todos eram puros e parecia uma blasfêmia horrível pensar que a vida daqueles homens não seria para sempre sagrada e inviolável para nosso solo.* (RAMÍREZ, 1879, p. 59, grifos nossos.)

Uma descrição “fiel”, construída por alguém que não tinha como estar presente no desembarque histórico dos Trinta e Três Orientais²⁰, pois, reiteramos, Ramírez nasceu somente em 1848, ou seja, mais de 20 anos após aquele evento. Nesse sentido, as “gloriosas lembranças” que aquele intelectual atestou ter tido não se constituíram somente enquanto uma memória histórica, transmitida socialmente ao longo do tempo, conforme os conceitos de Maurice Halbwachs (2004), mas sim algo que ele buscou afirmar que viveu, de fato. Também é válido termos em mente que os heróis de 1825 não necessariamente se referiram aos “orientais” enquanto uma nacionalidade “pronta” e “acabada”, conforme concebido por Ramírez. Lavalleja, ao iniciar a “Cruzada”, dirigiu-se aos “argentinos orientais”, o que, naquele contexto, equivaleria aos “rio-pratenses deste lado do rio”, ou seja, o lado que hoje é o uruguaio, assim como alerta Caetano (2020, p. 45).

De qualquer modo, é nítida a tentativa, por parte de Ramírez, de conectar o seu passado e presente próprios com os eventos da independência e formação da “pátria”, tornando-os quase a mesma coisa e atribuindo a “orientalidade” a eles. Assim, visou à “redenção da pátria”, o que, a nosso ver, também poderia ser entendido como uma linguagem política que expressaria a necessidade histórica de concretização do processo de emancipação e da estabilidade política nacionais ainda tão almeçadas. Da mesma forma, também podemos entender esses usos e essa alusão à “redenção” como tentativas de forjar, por meio da recorrência aos símbolos da independência, uma imagem da nação, que pressupusesse algo “recompensador” e uma “coesão” (HARTOG; REVEL, 2001, p. 8).

Além disso, buscava reforçar, a todo momento, a sua identidade nacional e reiterar a permanência da “nuvem vermelha”, que ofuscava o “sol” – um dos símbolos da bandeira do país adotado desde 1830 (ACEVEDO, 1933) – da Independência uruguaia. A referida nuvem muito provavelmente tinha essa cor pelo fato de estar carregada com o sangue dos “irmãos de pátria”, derramado nas guerras civis históricas ainda em vigência em seu momento de escrita. Tais conflitos consistiam, para Ramírez, em um fator de clara inviabilidade da independência

²⁰ Sobre as análises a respeito de outras representações acerca dos Trinta e Três Orientais, principalmente no que tange à pintura de Juan Manuel de Blanes no Uruguai oitocentista, ver: (PRADO; PELLEGRINO, 2018; PRADO, 2008).

e nação “orientais”, o que ainda precisava ser solucionado por meio da união nacional e do estabelecimento de uma reconciliação política.

A partir de tais referenciais e usos políticos históricos, Ramírez tentou legitimar a atemporalidade que buscava atribuir à identidade e à emancipação “orientais”, dando a elas um sentido propriamente “nacional”. O escritor uruguaio buscou atar, discursiva e simbolicamente, os dois momentos do processo da independência uruguaia: além da Cruzada Libertadora, de meados dos anos 1820, também o da libertação frente à Espanha, ocorrida a partir do início da década de 1810 e liderada por Artigas. E o fez fundindo-os temporalmente em um só, por meio da idealização e defesa de um consenso nacional no qual a união de todos esses líderes históricos resultaria:

A ideia se fez verbo: o verbo se fez lei. Ide a cumpri-la!, disseram os próceres da Florida, e logo *Rivera* a faz imperar com sua astúcia nos campos de *Rincón* e *Lavalleja* resplandecer com sua espada nas margens de *Sarandí*. *O rumor deste combate glorioso se dilata até [...] o povo de 1810*. Estava encadeada a vitória! (RAMÍREZ, 1879, p. 60-61, grifos nossos).

Neste trecho, Ramírez fez uma referência às batalhas de Rincón, ocorrida na região dos Rios Uruguai e Negro, e de Sarandí, em Florida, vencidas pelas tropas comandadas por Rivera e Lavalleja, respectivamente, no contexto da Cruzada Libertadora de 1825 (ACEVEDO, 1933), de modo a reiterar a união heroica que esses líderes históricos teriam tido durante aquele evento. Assim, o escritor buscou construir a sua própria imagem enquanto uma testemunha que teria participado do processo de independência do país e vivenciado Rivera e Lavalleja sempre unidos, lutando lado a lado, mas pela paz e estabilidade políticas nacionais, e cooperando intensamente para a liberdade e união eternas da pátria “oriental”. Esta última que deveria ser, de fato, independente e libertada da violência política interna e das intervenções estrangeiras históricas.

Além disso, para Ramírez, esse evento fez o tempo se ampliar, o que permitiria conectar, na verdade, três momentos: o da revolução de independência liderada por Artigas, em 1811, período no qual pode ter se dado o início da conversão de uma população de súditos

em cidadãos “orientais”, em “povo”²¹; o da Cruzada Libertadora dos Trinta e Três Orientais, em 1825, além do seu próprio momento de escrita, na segunda metade do século XIX. Mas todos eles evocados na esperança de, complementarmente, mudar o futuro da nação oriental, concretizando de vez a emancipação e libertação uruguaias em relação às guerras civis históricas e combater a ingerência estrangeira no país que, eventualmente, ainda ocorria, conforme já mencionamos.

Tal manifestação político-intelectual de Ramírez também poderia ser pensada, em nossa ótica, como uma forma de conceber e gerir as experiências do tempo histórico político. Assim, em um diálogo com Reinhart Koselleck, entendemos que poderia ter sido uma tentativa de se superar um “espaço de experiência” (KOSELLECK, 2006, p. 305-327), caracterizado pelas consequências das guerras civis e as intervenções estrangeiras históricas. Ao mesmo tempo, buscava evadir-se de um “presentismo” dilatado, alargado, nos termos de François Hartog (2013), marcado ainda por essas experiências nacionais negativas que o escritor oriental combatia em seus textos, de modo a expressar um novo “horizonte de expectativas”, conforme os conceitos também próprios de Koselleck (2006, p. 305-327). E tudo isso por meio da mobilização das linguagens políticas utilizadas, estas relacionadas às recorrências ao passado nacional uruguaio.

No entanto, é necessário que também tenhamos em mente o que Gerardo Caetano alerta em relação ao fato de que Artigas não visualizou uma “independência nacional” propriamente dita, pois o seu projeto se baseava na construção de uma confederação que abarcasse todas as então Províncias Unidas do Rio da Prata e não se restringia à formação de um “Estado Oriental”, de fato (CAETANO, 2020). Ainda no início da década de 1810, Artigas liderou tal confederação, intitulada *Liga Federal*, a qual contava, para além da Banda Oriental, com as províncias que formariam parte da Argentina posteriormente, sendo elas as de Santa Fe, Entre Ríos, Misiones, Corrientes e Córdoba (RIBEIRO, 2009). E Ramírez

²¹Para uma análise mais aprofundada sobre o processo de formação e as concepções sobre os conceitos de “povo” e “soberania” no contexto das independências hispano-americanas, de modo geral, ver: (GUERRA, 1992).

realmente considerou que Artigas não fora o “fundador” da nacionalidade “oriental”, mas sim o seu “precursor” ou, ao menos, aquele que a “tornou possível” (RAMÍREZ, 1884, p. 14).

Ainda no que tange ao prócer de 1811, o intelectual uruguaio, do mesmo modo que outros escritores de seu tempo, como Clemente Fregeiro, buscou realizar uma revisão histórica intencionando combater as concepções que buscavam, segundo ele, “deslustrar” a figura daquele herói e, conseqüentemente, o passado do país (RAMÍREZ, 1884, p. 6). Tais visões negativas sobre Artigas estiveram inscritas no que se passou a considerar a “lenda negra artiguista”, a qual consistiu na depreciação da imagem do libertador desde a primeira fase da independência uruguaia, em 1811, até a década de 1880, e que concebeu o prócer como “bandoleiro”, “contrabandista” e “assassino”, principalmente (FUÃO, 2009b).

Segundo Juarez Fuão, esta lenda teria se iniciado a partir dos escritos dos adversários políticos históricos de Artigas, como Dom Pedro Cavia, ainda na década de 1810. Além disso, memórias de viajantes que passaram pela região e textos, de caráter histórico, produzidos por intelectuais argentinos e uruguaiois posteriores a este período, a exemplo de Vicente Fidel López, Bartolomé Mitre, Domingo Faustino Sarmiento e o já mencionado Francisco Berra, também teriam contribuído para a permanência desta lenda (FUÃO, 2009b). Inclusive, conforme já vimos antes, os próprios líderes e demais integrantes da Cruzada Libertadora de 1825 procuraram se distanciar do artiguismo, visando a uma possibilidade política mais moderada, conforme pontua Caetano (2020).

Um dos autores contemporâneos a Ramírez, o qual ainda reproduzia essa rejeição a Artigas, foi o supramencionado Berra, em seu livro *Bosquejo de la História de la República Oriental del Uruguay* (1866). Fuão entende que esta resposta de Ramírez a Berra conteve muitos elementos que teriam servido de norte para as representações sobre Artigas realizadas posteriormente, do final do século XIX em diante (FUÃO, 2009a; FUÃO, 2009b). Assim, dedicando-se a reagir a tal perspectiva negativa sobre o libertador, Ramírez se pôs “[...] a estudar os *feitos* [...]”, mas de forma não apologética ao prócer e, sim, motivado por seu “[...] amor ao país [...]” (RAMÍREZ, 1882, p. 24, grifo do autor). Uma de suas maiores críticas a Berra foi a de que este autor teria reproduzido os exageros contidos nos relatos sobre Artigas ao longo do tempo (RAMÍREZ, 1882, p. 28).

Desse modo, a figura de Artigas passou a ser considerada a mais aceita socialmente para combater a desordem política histórica, além de pacificar o país, conforme argumenta Carlos Demasi:

A imagem de Artigas, que surge destes exemplos, corresponde à exigência social de um herói nacional que rechaçasse a desordem e contribuísse para reunificar a comunidade nacional. [...] Aparentemente, parecia chegado o momento de cicatrizar as velhas feridas e a figura de Artigas aparecia como uma das mais adequadas para este propósito (DEMASI, 2001, p. 347-348).

Nesse sentido, a reconstrução histórica do prócer, tanto por parte de Ramírez quanto por Fregeiro, passavam pela intenção de atribuir outro significado ao herói, que remetesse à imagem do “[...] caudilho da refundação institucional [...]” (DEMASI, 2001, p. 347). Justamente por isso, procurou-se mais destacar alguns feitos de Artigas que tiveram esse caráter de ordenação institucional mais moderado ainda durante a época da primeira fase da independência, como, por exemplo, as *Instrucciones* (1813). Por outro lado, outros foram desconsiderados, a exemplo do *Reglamento de Tierras* (1815), documento que, lembrando, visava ao confisco de bens e terras dos setores contrários à revolução de independência (DEMASI, 2001).

De fato, em seus escritos, Ramírez realizou este esforço, tendo, inclusive, inserido alguns artigos das *Instrucciones* como apêndice de sua obra *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra* (RAMÍREZ, 1882, p. 103-105). Assim, aquele escritor narrou a saga do herói, de forma ligada aos eventos da história do país, e considerou Artigas como aquele que veio a ser o “chefe” dos orientais (RAMÍREZ, 1884, p. 15).

Além disso, o intelectual uruguaio concebeu o referido prócer como um agente histórico que agrupou as populações da então Banda Oriental, antes “[...] elementos dispersos e inorgânicos da antiga Província de Buenos Aires [...]”, ainda durante o período colonial (RAMÍREZ, 1882, p. 100). E fez questão de reiterar que:

[...] Artigas, depois de ter combatido os espanhóis, sob a bandeira comum, combate as forças de Buenos Aires sob a bandeira local, e sob esta mesma bandeira luta como um leão durante quatro anos contra a invasão portuguesa, sublimemente extasiado com a grandeza de seus soldados orientais. (RAMÍREZ, 1884, p. 16-17).

Desse modo, embora tenha destacado mais as ações dos Trinta e Três Orientais para a independência nacional e para a fundação da nacionalidade oriental propriamente ditas, Ramírez entendia, por outro lado, que, se não fosse Artigas, nenhum dos eventos ocorridos de 1825 em diante teriam sido possíveis:

Somos, hoje, independentes – queremos e devemos sê-lo. Como não honraremos, então, a memória daquele que venceu gloriosamente em Las Piedras²² a dominação espanhola, que lutou quatro anos, quase sempre desafortunado, mas sempre heroico, contra a dominação portuguesa, e a quem jamais poderá negar-se o título, se não de fundador, de PRECURSOR DA NACIONALIDADE ORIENTAL? Sob esses conceitos, levantamos no passado sua figura histórica – e se quiséssemos levá-la como um ensinamento para o presente e para o futuro, poderíamos gravar em letras de ouro estas palavras arrancadas das célebres Instruções de Artigas, em 1813: ANIQUILAR O DESPOTISMO MILITAR ASSEGURANDO A SOBERANIA DO POVO. PROMOVER A LIBERDADE CIVIL E RELIGIOSA EM TODA A SUA EXTENSÃO IMAGINÁVEL. (RAMÍREZ 1884, p. 17-18, maiúsculas no original).

Em outra polêmica, realizada no ano de 1884, dessa vez com os publicistas do periódico argentino *El Sud América*, de Buenos Aires, Ramírez, por meio do diário *La Razón*, travou uma batalha pela reputação do herói Artigas, de modo a combater a lenda que o representava como um “bandoleiro” e “contrabandista”, ainda reproduzida pelos bonaerenses (SANSÓN CORBO, 2011). O escritor oriental afirmou que não havia provas de que o prócer teria sido, de fato, um “*ladrão e salteador de caminhos* [...] jamais se encontrou um documento histórico que lhe atribua esse caráter”, mas sim o contrário, pois indicavam o “[...] apreço de que gozava Artigas entre os estancieros da Banda Oriental e as autoridades espanholas” (RAMÍREZ, 1884, p. 32, grifos do autor).

E teria sido Artigas um contrabandista? Ramírez reconhecia que o contrabando era, de fato, ilegal, mas era algo necessário, ou seja, “uma reação natural contra o sistema restritivo da colônia [...]”, era a “[...] lei social da época” (RAMÍREZ, 1884, p. 33). Assim, questionou:

²²Referência feita por Ramírez à batalha de Las Piedras, ocorrida em 18 de maio de 1811, na região então localizada próxima a Montevideu, triunfo que abriu o caminho para a independência oriental frente à Coroa Espanhola. No entanto, mesmo com essa vitória, o processo ulterior foi marcado por guerras e instabilidade política, pois Francisco Elio, o então vice-rei de Montevideu, ao perceber a força de Artigas e suas tropas, recorreu à Coroa Portuguesa e ao Diretório de Buenos Aires, comandado por Juan Pueyrredón, com a finalidade de suprimir a revolução até seu declínio definitivo, em 1820, após muita resistência (PARÍS DE ODDONE, 2001).

“É sensato fazer desse acidente dos primeiros anos do caudilho uma mancha indelével para sua memória e um capítulo de acusação contra os que o admiram como *campeão da independência*?” (RAMÍREZ, 1884, p. 33, grifos nossos).

Esta polêmica ocorreu no momento em que o governo militar uruguaio do já mencionado general Máximo Santos (1882-1886) empreendeu uma homenagem a Artigas, a qual consistia em um funeral público na Catedral de Montevideu, e toda a imprensa do país noticiou tal fato. Esse evento gerou a reação antiartiguista ainda existente, principalmente nos periódicos argentinos. Um deles foi o referido *El Sud América*, de Buenos Aires, dando início, assim, à polêmica com o *La Razón*, do qual Ramírez era colaborador naquele momento (SANSÓN CORBO, 2011).

Nesse sentido, percebemos, por meio do excerto acima, que Ramírez, ao buscar desconstruir as visões históricas negativas a respeito de Artigas, intencionou também não deixar a própria independência nacional cair em descrédito. Em outras palavras, defender Artigas era defender a independência uruguaia contra qualquer desconfiança a respeito de sua viabilidade e, assim, concretizá-la em seu contexto. Ou seja, a nosso ver, a tentativa, por parte de Ramírez, de ressignificar a imagem histórica do prócer dos anos 1810, durante o último terço do século XIX, expressava que o tema da emancipação nacional ainda se mostrava como um “problema” a ser resolvido, tanto de caráter histórico quanto político, conforme o que propôs Ardao (1971).

Desse modo, Ramírez reiterou que Artigas foi o primeiro “campeão dos orientais contra a dominação espanhola” e “[...] na resistência armada às ambições da monarquia portuguesa”, além de ter sido “[...] o único guerreiro da independência do Rio da Prata [...] na profissão do dogma republicano” (RAMÍREZ, 1884, p. 399). Por fim, o intelectual uruguaio qualificou Artigas da seguinte forma:

É Artigas o fugitivo, o proscrito²³, o mendigo [...] o grande caluniado da história da América, o herói desafortunado cuja póstuma glorificação será perdurável estímulo

²³Após sua derrota final, em 1820, Artigas se exilou no Paraguai até morrer neste país, em 1850. Sua retirada resultou, grosso modo, na volta da dominação monárquica, a partir de então portuguesa e, em seguida, brasileira, até a independência definitiva da Banda Oriental, a partir de 1825. Além disso, com sua desaparecimento pública, iniciou-se a disputa pela hegemonia política por parte dos caudilhos regionais que antes estavam sob suas ordens (PARÍS DE ODDONE, 2001, p. 84).

das abnegações patrióticas que só alcançam dos contemporâneos a ingratidão, o insulto e o martírio. (RAMÍREZ, 1884, p. 399).

E de modo a afastar de vez tal “calúnia” sobre Artigas e, ao mesmo tempo, unir os feitos heroicos deste primeiro prócer com os daqueles de 1825, ou seja, Lavalleja, Oribe, Rivera e Pacheco y Obes, Ramírez via como imprescindível conectá-los no tempo, visando a inculcar, na sociedade uruguaia de então, a “gratidão nacional” e a “redenção da pátria”. Enfim, alcançar a concretização da independência nacional por meio desta união política e histórica simbólica:

Todas estas *recordações gloriosas* parecem rodear-se de uma ação magnética, sob a evocação do monumento que a *gratidão nacional* levantou em Florida. [...] Despertam-se as fibras do *patriotismo amortecido* e vibram as molas mofadas da *cívica virtude*. Respira-se no ambiente da *esperança*. E eu pergunto: com tradições tão belas e tão nobres para fundar uma *nacionalidade gloriosa*, por que não vivemos, enfim, *todos unidos, na liberdade e na justiça, sem deixar-nos prender pelas sacrílegas lutas do passado* e sem curvar o pescoço à ignominiosa servidão, *igualmente inimigos da anarquia e do despotismo: da anarquia que tudo corrompe, e do despotismo que não funda senão denominações efêmeras e sangrentas?* (RAMÍREZ, 1879, p. 61-62, grifos nossos).

Como é possível perceber, destacamos vários termos no excerto acima, mas chamamos a atenção para alguns em especial, tais como “anarquia” e “despotismo”. Em nosso entender, Ramírez, ao mobilizá-los, referiu-se às consequências da “desordem” causada pelas guerras civis e, ao mesmo tempo, aos efeitos negativos proporcionados pela falta de liberdade e autonomia em decorrência das intervenções estrangeiras históricas e da ditadura militar vigente no país. Desse modo, reiterou a necessidade de se concretizar a união, a estabilidade política e a soberania nacionais em relação a tais questões. Assim, ao que tudo indica, estas soluções somente poderiam ser alcançadas por meio da recorrência aos elementos do passado, mais especificamente aqueles próprios do processo da independência uruguaia, ato que consistiu em uma forma de intervir política e intelectualmente em seu contexto de atuação.

E tendo reiterado tais propostas com o mesmo “efeito de verdade” (GOMES, 2004, p. 14) que buscou deixar registrado por meio das experiências vividas (ou não) e narradas por ele, Ramírez visou, cada vez mais, à união e à conciliação política de seus “irmãos” orientais. E o fez buscando reinterpretar o passado nacional de modo a intervir em seu contexto

político-intelectual, por meio da utilização dos elementos da independência e visando a “conectar” as duas temporalidades. Além disso, consistiu em uma forma de “concluir” o processo de independência e libertação do país tanto em relação às guerras civis quanto às intervenções diretas e indiretas dos países vizinhos, o que, em sua visão, ainda precisava de um desfecho digno. Enfim, como forma de “redenção” e “compensação” para ele mesmo e para a nação oriental.

Considerações finais

Nosso objetivo, neste artigo, consistiu em analisar como vários elementos históricos, próprios da independência nacional uruguaia, foram mobilizados pelo escritor Carlos María Ramírez de modo a reiterar a unidade nacional e a estabilidade política para o Uruguai oitocentista, em um contexto de consolidação do Estado nacional pós-emancipação. Para ele, tais pautas foram fundamentais tanto para a sustentação da nação republicana independente quanto para a própria concretização do processo de emancipação do país, que ainda se mostrava carente de um desfecho devido, em sua visão.

Nesse sentido, Ramírez recorreu, de modo abrangente e inclusivo, a diversos símbolos, personalidades e eventos históricos para esta finalidade. Alguns exemplos desses elementos foram a recordação do hino nacional e o sol, este constante na bandeira do país até hoje, além da figura histórica de José Artigas, considerado o prócer da primeira fase do processo independentista (1811-1820). Tiveram a mesma relevância, em seus textos, o desembarque dos Trinta e Três Orientais durante a Cruzada Libertadora de 1825 e seus eventos posteriores (as batalhas de Rincón e Sarandí), seus líderes (Oribe, Lavalleja e Rivera) e o general Melchor Pacheco y Obes, um daqueles “cruzados heróis”. Todos estes elementos foram mencionados pelo intelectual uruguaio durante a segunda metade do século XIX, mediante os significados e ressignificações elaborados e atribuídos por ele a esses eventos e nomes do processo de emancipação nacional.

Desse modo, Ramírez buscou incluir, em seus escritos e discursos, vários nomes, eventos e símbolos das duas fases do processo de independência uruguaia. A nosso ver, sua

intenção foi a de estabelecer uma união política e simbólica daqueles elementos históricos com o objetivo de, ao mesmo tempo, consolidar tanto um passado nacional comum, quanto a reconciliação política entre os partidos de seu presente, os *blancos* e os *colorados*. Além disso, visou a concretizar a autonomia nacional em relação às interferências estrangeiras ocorridas ao longo do oitocentos, principalmente por parte de Brasil e Argentina.

Portanto, a intervenção deste escritor se deu a partir de parâmetros nacionais históricos, expressados também por meio de linguagens políticas adjacentes, tais como “união”, “irmãos”, “unidade moral”, “redenção” e “gratidão nacional”. Tais linguagens e ideias foram mobilizadas por Ramírez em seu contexto de atuação político-intelectual visando à pacificação, à estabilidade política e à “concretização” da independência e libertação nacionais, em detrimento da violência, do autoritarismo interno e das interferências externas históricas.

Referências bibliográficas

Fontes documentais

RAMÍREZ, Carlos Maria. Carlos María Ramírez “extranjero” (1887). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevidéo: Gaceta Comercial, 1948, p. 52-55.

_____. *Artigas*. 2ª ed. Montevidéo: Biblioteca Artigas, [1884], 1953.

_____. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882.

_____. La Independencia Nacional (1879). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevidéo: Gaceta Comercial, 1948, pp. 57-63.

_____. La semana política. In. *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 30, p. 309-348, 20 de ago. 1871.

Bibliografia

ACEVEDO, Eduardo. *Anales Históricos del Uruguay*. T. IV. Montevidéo: Barreiro y Ramos, 1934.

_____. *Anales Históricos del Uruguay*. T. I. Montevidéo: Barreiro y Ramos, 1933.

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução: Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en America Latina*. V. 1, Buenos Aires: Katz, 2008, p. 9-27.

_____. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

ARDAO, Arturo. *Etapas de la inteligencia uruguaya*. Montevidéo: UDELAR/Atenas, 1971.

BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. Tomo 4. 2ª ed. Montevidéo: EBO, 1975.

BONAVITA, Luis. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos Maria. *Artigas*. 2ª. Ed. Montevidéo: Biblioteca Artigas, [1884] 1953.

CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed (2019-impreso). Ciudad de México, El Colégio de México: 2020, *E-book*.

Disponível em:
<https://play.google.com/books/reader?id=gWzNDwAAQBAJ&hl=pt-BR&printsec=frontcover&pg=GBS.PT3.w.1.0.1>. Acesso em: 14 de abr. 2021.

CAETANO, Gerardo. Identidad nacional y imaginário colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo (Orgs.). *Identidad uruguaya: mito, crisis o afirmación?* 3ª. ed, Montevidéo: Ediciones Trilce, 1993, p. 75-96.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia contemporânea del Uruguay: de la Colonia al Mercosur*. Montevidéo: Fin de Siglo, 1994.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. El sistema de partidos: raíces y permanencias. *Cuadernos del CLAEH*, n. 31, Montevidéo, p. 81-98, 1984.

DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginário nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevidéo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 340-351.

FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevidéo: Editorial Amerindia, 1945.

FREGA, Ana. Los significados de la *independencia* desde la colonia hasta la afirmación del estado-nación. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideu: EBO, 2013, p. 31-46.

_____. Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. In: CHIARAMONTE, José Carlos [et al]. *Crear la Nación*. Los nombres de los países de América Latina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008, p. 95-112.

_____. La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comps.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 101-133.

FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese de doutorado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a.

_____. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-24.

GROS ESPIELL, Héctor. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional (1871)*. Montevideu: Ministério de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966, p. VII-XLV.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Editorial MAPFRE-S.A., 1992.

HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomás Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção história e historiografia).

HARTOG, François; REVEL, Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales/SHADYC, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOCKHART, Washington. *Las guerras civiles*. Enciclopedia Uruguaya. Montevideu: Editorial Arca, 1968.

MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clasicos Uruguayos, vol. 152, Montevideu: Ministério de Educación y Cultura, 1978.

MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en America Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 29-50.

PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

PARÍS DE ODDONE, M. Blanca. Presencia de Artigas en la Revolución del rio de la Plata (1810-1820). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideu, FHCE/UDELAR, 2001, p. 65-85.

PIMENTA, João Paulo G. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1828). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 27-55.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. 1ª Ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. O artista entre a História, a política e a pintura: retratando a independência no século XIX. *e-l@tina. Revista eletrônica de estudios latinoamericanos*, v. 7, n. 25, Buenos Aires, out-dez. 2008, pp. 13-27.

Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/6092/pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

RIBEIRO, Ana. *Orden y desorden: salud y enfermedad social en tempos de heroísmos fundacionales*. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideu: EBO, 2013, p. 115-133.

_____. De las independências a los estados republicanos (1810-1850): Uruguay. In: FLASQUET, Ivana; SLEMIAN, Andréa (Orgs.). *De las independencias iberoamericanas a los estados nacionales (1810-1850): 200 años de história*. Estudios AHILA de historia latino-americana, n. 6. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main/Vervuert, 2009, p. 61-87.

ROCCA, Pablo. Los destinos de la nación. El imaginário nacionalista en la escritura de Juan Zorrilla de San Martín, Eduardo Acevedo Díaz y su época. In: ACHUGAR, Hugo; MORANA, Mabel. *Uruguay: imaginários culturais*. Desde las huellas indígenas a la modernidad. Montevideu: Trilce, 2000.

SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. – La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011.

_____. Historiografía y nación: una polémica entre Francisco Berra y Carlos Maria Ramírez. *Anuário del Instituto de História Argentina*, año 6, p. 177-199, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-262.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WASSERMAN, Claudia. Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional e indentitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 18, p. 99-123, dez. 2003.